

O pensamento educacional de Erasmo de Roterdã sobre a infância

José Carlos Souza Araújo*

Quando Bogdan Suchodolski afirma, conclusivamente, que o Renascimento “foi uma época em que a pedagogia da essência, continuando a procurar inspiração nas tradições pedagógicas antigas e cristãs, criou novas concepções de protótipos e de normas que devem regular os homens e a educação” (1978, p.27-28), e apenas afirmando uma tendência em sua generalidade, aponta-nos, no entanto, pistas para refletir mais detalhadamente e, a propósito, sobre o mais importante texto educacional de Erasmo de Roterdão (1460-1536), *De pueris*, obra recentemente traduzida e publicada pela *Intermeio*, uma revista educacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Por conseguinte, o nosso objetivo será refletir sobre as determinações constituídas pelo pensamento de Erasmo a respeito da infância. Trata-se aqui de tecer con-

siderações sobre suas concepções educacionais voltadas para essa importante etapa da existência humana. Posto que é no decorrer do Renascimento que a centralidade em torno da infância aflora, cabe-nos detalhar, segundo Erasmo, como a criança era concebida em sua individualidade e em que bases e orientações devia se dar o desenvolvimento infantil. Propomo-nos a sistematizar suas reflexões sobre a necessidade de instrução durante a etapa infantil, o seu discernimento a respeito do mundo infantil, a necessidade de assentar a educação em bases morais, levando-se em conta os limites impostos pela cosmovisão cristã, que determina sua concepção de educação e de infância.

Inicialmente, partimos de uma premissa fornecida pela história de que as etapas da vida (a velhice, a juventude, a adolescência, a infância) são produtos sociais, ou

* Professor de Filosofia e História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia /MG.

seja, elas são definidas de acordo com o contexto histórico e cultural de cada sociedade. Por exemplo, há hoje uma tendência generalizada a submeter a criança a regras, com o sentido explícito de institucionalizar a infância como período necessariamente educativo. A própria legislação educacional brasileira reconhece e regulamenta a educação infantil desde o nascimento, passando pela creche e pela pré-escola; já, no período renascentista, apenas a criança de família abastada obtinha a sua alfabetização com os mestres-escolas. Portanto, em linhas gerais, as crianças não desenvolviam uma trajetória ou não cumpriam um período de instrução tal como temos hoje.

Outrossim, atualmente, compartilha-se mundialmente a prática político-educacional de que há uma faixa etária reservada à instrução, com um currículo prescrito e ordenado. E é justamente a partir do século XVI que se elabora, paulatinamente, tal política educacional, tendente a sujeitar a criança à escolarização para constituir-la como sujeito. A propósito, um tema constante no pensamento erasmiano, em *De pueris*, é a defesa da instrução. Logo no início, chama a atenção, segundo ele “com atrevimento”, contrariando uma tendência de sua época, para a necessidade de instrução durante o estágio infantil: “Apenas sobre um ponto advertiria, com atrevimento, talvez, mas, por certo, movido pela benevolência: não te amoldes à opinião e ao exemplo muito em voga, deixando decorrerem os primeiros anos do teu filho sem tirar proveito algum da instrução” (Erasmus, 1996, p. 9).

Mais adiante, em tom metafórico e concebendo a infância como algo a ser moldado, aconselha que no período infantil é que

se deve manusear “a cera enquanto mole. Modela a argila enquanto úmida. Enche o vaso de bons licores enquanto novo. Tinge a lã quando sai nívea do pisoeiro e ainda isenta de manchas” (p. 17). Associado à defesa da instrução, nega a fragilidade da idade infantil com relação à aprendizagem escolar, manifestando-se contra a tendência que concebe a infância como incapaz de rendimento escolar:

E assim até ao desabrochar da puberdade para mantê-los distantes do aprendizado das letras como se fosse veneno, sob o pretexto de ser a infância frágil demais para receber lições e delicada ao extremo para suportar as fadigas do ensino. Em suma, asseguram ser muito escasso o rendimento naquela fase etária de modo a não se justificarem nem o dispendio dos gastos nem o incômodo sobre a compleição tenra da criança (p. 10).

No mesmo diapasão e tecendo críticas às concepções vigentes, discute o que segue:

Dizem que esforço não convém para a idade infantil. E ainda, que capacidade de aprendizagem pode existir nas crianças, quando nem sequer têm consciência de serem criaturas humanas? Respondendo, de modo breve, às duas objeções. Quem endossaria a opinião de se ter como inapta para o estudo das letras a mesma idade que já é idônea para a educação moral? Na verdade, tal como as virtudes, assim as disciplinas escolares têm as suas iniciações... (p. 30).

Note-se que defende a necessidade do esforço para a aprendizagem e que anuncia uma perspectiva didática e pedagógica ao afirmar que as disciplinas escolares podem ser organizadas de modo a serem assimiladas pela criança. Em uma outra oca-

sião alerta, na mesma direção, que “há que se atender às exigências da idade de modo que nada perca do vigor corporal” (p. 36). Chama-nos a atenção, tendo em vista o desvelamento do mundo infantil, quando afirma que, “por natureza, [a criança] é maleável para todo tipo de bom comportamento, desde que não seja infestada por vício de espécie alguma. Aliás, ela se compraz em imitar. Basta dar-lhe ocasião” (p. 31). O tema da imitação é revisitado por ele no mesmo texto quando, em tom conclusivo, afirma relativamente à aprendizagem de línguas: “A estratégia completa reduz-se, em última instância, a dois fatores: a memória e a imitação. Já foi demonstrado, acima, que a criança possui pendor espontâneo para a imitação. Memória, e por sinal fidelíssima, os sábios reconheceram como peculiaridade infantil” (p. 34). Observe-se que aqui o autor destaca uma outra qualidade infantil, ou seja, a memória.

Continuando a discutir sua posição sobre a imitação, reconhece-a como tendência inata à criança, servindo-lhe como suporte de aprendizagem: “Como tal enfatizado, certa tendência inata à imitação alicia a criança para o aprendizado” (p. 50).

Levando-se em conta ainda o tema do desvelamento do mundo infantil, há que se destacar sua preocupação com o ludismo associado ao processo da instrução: “Aliás, com jeito, é possível reduzir o esforço ao mínimo, ficando também diminuto o desgaste. Isso se logra não pelo volume de coisas indiscriminadas, mas só com as selecionadas pela qualidade e adaptadas àquela idade que capta mais o lado jocoso e menos as sutilezas. Por isso, a maneira leve de propor os assuntos faz com que seja

entretida como se brincasse em vez de praticar uma tarefa” (p. 37).

E continua na mesma linha, salientando, agora, o papel do educador, o qual deve conduzir o estudo de uma maneira alegre:

Nesse particular, aquela idade deve ser ludibriada com certos artifícios de fantasia, já que é ainda incapaz de entender quanto de frutuoso, de digno e de satisfação lhe advirá dos estudos, no futuro. Efeito que resulta, em parte, da docura e da afabilidade do educador, e, em parte, da perícia e dedicação no transmitir as diversas disciplinas de modo que o estudo vira alegria, aliviando a criança do clima de imposição onerosa (p. 37).

Aliás, “convém que o preceptor, de algum modo, saiba fazer-se criança a fim de granjear o amor da criança” (p. 48). Ainda em outra ocasião, Erasmo salienta que “na escolha do assunto seja o professor bem criterioso. Apresente sempre o que cai na preferência infantil, seja pelo aspecto de afinidade, seja de divertimento” (p. 52). A mesma preocupação em aconselhar o educador o leva a afirmar que ele “... não seja exigente nem severo e, sim, antes assíduo que opressor. Aliás, a assiduidade não deprime desde que moderada, isto é, conduzida pela antimonotonia em ritmo de descontração. Em suma, que tudo isso seja veiculado sem o feitiço de trabalho, pois a criança faz tudo a título de brincadeira” (p. 53).

Ainda dentro da temática aliada à brincadeira, afirma a respeito da criança: “É que aquela idade e brincadeira são coisas afins porquanto as crianças descobrem, na atividade, um jogo e não um trabalho... o papel do professor será de... dar ao estudo o feitiço do jogo” (p. 55).

A mesma temática ligada à aprendizagem conduzida por uma preocupação com o aspecto lúdico aparece nas reflexões a seguir: “Tal como alimento em pequenas porções e em doses repetidas nutre os pequenos corpos assim também a mente inocente da criança, mediante ensinamentos correlatos entre si, mas ministrados de modo gradativo, à guisa de brincadeira e aos poucos, vai predispondo a mente para outros conteúdos mais ricos” (p. 49).

Com relação às finalidades sociais da educação, o *De pueris* é muito lacônico. Em todo o texto, apenas por duas vezes, e de maneira muito pontual, deixa entrever uma preocupação com relação a esse aspecto. Salienta, num momento, que a criança é gerada para “servir a pátria” (p. 18) e, em outro, que a função da instrução é preparar um intelectual para “gerir a coisa pública” (p. 36).

Com relação às finalidades morais da educação, entretanto, Erasmo é bastante eloquente: para se alcançar a felicidade, diz ele, bastam a reta instrução e a autêntica educação: “... o ensino adequado concorre em maior intensidade para o bem da sabedoria do que a correta pronúncia em relação à eloquência” (p. 12). A educação é, portanto, uma questão de virtude, concebida esta como firme disposição para a prática do bem. Depois de conceber que o conhecimento tem de estar aliado à honestidade, reflete que “o homem desprovido dos parâmetros das letras e dos ensinamentos da filosofia, fica antes sujeito a impulsos mais que animais” (p. 16). Observe-se que a instrução tem aí uma função moralizadora; do contrário, o homem sem instrução estará sujeito às paixões da ambição, da cupidez, da ira, da inveja e da luxúria.

Pode-se afirmar que a preocupação moral já deixa entrever uma preocupação social: a defesa da sabedoria, a necessidade de inculcar virtudes no educando (por exemplo, a honestidade), a necessidade de o homem se aperfeiçoar pela instrução, posto que o retiraria da inferioridade e da animalidade, são aspectos que implicam relações sociais. Quando caracteriza, afirmativamente, que “o homem nasce para o bom senso e para as ações honestas” (p. 22), está aí inerente uma preocupação social ou, melhor dizendo, está aí expressa uma perspectiva ética, porém a fundamentar a vida social do homem. A afirmação seguinte é muito mais clara a respeito, com uma alta dose de inatismo: “Tal como cada animal aprende, com facilidade, aquilo que lhe é natural, assim o homem capta, sem grande esforço, os parâmetros da virtude e da honestidade. Com sua força, a natureza deposita nele algumas sementes poderosas de sorte que a função do educador vai ao encontro daquela predisposição” (p. 22).

É provável que estejamos aqui diante de um trecho fundamental para a compreensão do pensamento de Erasmo a respeito da relação entre educação e moralidade:

A aplicação para a felicidade plena do ser humano depende de três fatores: a natureza, razão e aprendizagem. Denomino natureza aquela docilidade e inclinação inseridas na pessoa para as coisas honestas. Designo razão como sendo a instância doutrinal que adverte e preceitua. Chamo aprendizagem o uso do hábito oriundo da natureza mas aperfeiçoado pela razão. Sim, a natureza postula a razão. A aprendizagem, fora do controle racional, fica flanqueada a muitos erros e perigos (p. 24).

Como se observa, a natureza, a razão e a aprendizagem são fatores fundantes para a consecução da felicidade. Outros trechos fraseiam, complementarmente, o pensamento de Erasmo a respeito da natureza: esta “consigna em tuas mãos um campo inculto, vazio, por certo, mas um solo risonho” (p. 23). A natureza é o lastro fundamental, que precisa ser cultivado, porém ele nos convida a que “entrelacemos, portanto, aqueles três fios [natureza, razão e aprendizagem] de sorte que a razão conduza a natureza e a prática complementem aquela” (p. 25). No entanto, enfatiza que o homem deve se conduzir pela razão: “... que há de mais eminentemente singular no homem? Viver segundo a razão” (p. 25). Na citação seguinte, associa a natureza à razão: “Entende-se por natureza algo de comum em cada espécie tal como a do homem que consiste no uso da razão” (p. 29). “Em todo caso, razão e experiência dependem, por inteiro de nosso empenho” (p. 30).

Situando ainda a criança no coração de suas preocupações, reflete que o desenvolvimento de sua moralidade depende dos adultos, embora deixe entrever uma perspectiva inatista à origem do mal: “Dizem que a natureza infantil é por demais propensa ao desregramento. Ou então, que é difícil atrair a criança ao gosto de coisas honestas. Há exagero ao recriminarem assim a natureza. A maior parcela daquele mal deve ser debitado a nossos erros. Pois corrompemo-lhe o espírito com os vícios bem antes de acostumá-lo com a virtude...” (p. 25).

Erasmo salienta que, desde tenra idade, deve a criança ser formada na direção da virtude e das letras: “Dado consistir a primeira fase de instrução pueril em apren-

der a falar de modo claro e corrente, aí, desempenharam, no passado, apreciável colaboração as nutrizas e os pais. Aqueles primórdios concorrem para o aprendizado da eloquência como ainda para uso da inteligência e o posterior conhecimento em todas as modalidades...” (p. 32).

Voltado para a necessidade de aprendizagem do latim e do grego, como queria Erasmo, constata a facilidade da criança em aprender línguas bárbaras; chama a atenção, nesse ínterim, de que, “para que a criança fale, de modo correto, influem, e muito, as nutrizas, os pedagogos e os companheiros de jogo” (p. 33).

Quando chega a defender a escola pública, por considerá-la mais adequada ao atendimento coletivo, e manifestando-se a favor da disciplina, enfatiza que a finalidade da educação é preparar homens livres: “Nem por isso está em questão tanger manadas de asnos ou de bois e sim educar, liberalmente, seres livres” (p. 39). E continua a refletir sobre a liberdade na educação, mais adiante: “Se é corrente chamar os filhos pelo qualificativo de ‘livres’, bem por lhes convir a educação liberal, então em nada seja equiparado a servos” (p. 41).

Refletindo sobre os horizontes de uma concepção religiosa sobre o homem e, por conseguinte, sobre a etapa infantil, em tom indagativo, pergunta: “... não é admirável ter a divina Providência entregue ao único ser racional, dentre os viventes, a maior parcela de sua natureza à educação?” (p. 12). Observe-se, primeiramente, a centralidade que a educação assume como construtora da natureza humana. Paradoxalmente, no entanto, a visão de que o desenvolvimento do homem se dá pela educação em sua “maior parcela” está vinculada a

Deus: a Providência dispôs, com sabedoria, que cabe ao ser humano realizar as potencialidades que estão nele contidas enquanto ser aberto à educabilidade. Como se vê, há uma perspectiva religiosa presente nesse tipo de concepção de educação voltada para a existencialização do homem; ainda é uma teorização que afirma a Pedagogia da Essência, porém voltada a compreender a existência humana, significando, outrossim, uma precária afirmação da individualidade e do desenvolvimento humano.

Procurando desvendar a natureza infantil, afirma que “aquela faixa etária, por ser mais sujeita ao impulso da natureza do que à razão, com igual facilidade senão, talvez, em proporção maior, está mais propensa para o mal do que para o bem. E ainda. Ela esquece as coisas corretas mais rapidamente do que aprende as incorretas” (p. 34).

Com essa observação, Erasmo toca num aspecto cordial das teorias educacionais, ou seja, a questão da corruptibilidade à qual está sujeita o ser humano, ou, dito de outra forma, em tom indagativo: O ser humano é corrupto ao nascer ou corruptível após o nascimento? Vejamos a resposta de Erasmo no tocante à propensão para o mal: “Eles [os filósofos] não atinaram com a causa que só foi trazida à tona pela doutrina cristã. Esta professa que a tal de inclinação para o mal entrou em nós como herança de Adão, o cabeça do gênero humano” (p. 34). Até aqui sua resposta é cabal. Não fica nenhuma dúvida sobre a defesa que faz da doutrina cristã a respeito do pecado original como fundamentação explicadora do mal inerente ao ser humano. Nesse sentido, a postura de Erasmo não deixa dúvidas

quanto à sua pertença aos defensores da Pedagogia da Essência.

No entanto, continua: “A par de consistência desta doutrina [a cristã], há de se ater ao fato que a maior parcela daquele mal emana das perversas companhias e da má educação, principalmente, na idade tenra com sua receptividade pronta” (p. 34). Observe-se que Erasmo não abandona a teoria do pecado original, considerando-a consistente, mas reconhece que o mal provém, em sua “maior parcela”, das relações sociais. Não se pode, porém, esquecer que a teoria do pecado original guarda consigo maior fundamentação na explicitação da maldade inerente ao ser humano. É essa maldade inerente que explica a corruptibilidade a que está sujeita a criança através das relações sociais. Em outras palavras: a corrupção já está dada por causa mesmo do pecado original; logo, a criança apenas atualiza, através das “perversas companhias e da má educação”, sua inerente corrupção por causa mesmo do pecado original.

Dessa forma, pode-se situar que a posição de Erasmo - em que pese a centralidade que dá à infância, propiciando considerações afirmadas como fundamentais para a individualidade e desenvolvimento humanos, salientando as necessidades da criança, explicitando e defendendo a adaptação do ensino e dos métodos ao nível intelectual da criança, de fazer crítica aos métodos escolásticos -, vincula-se à Pedagogia da Essência.

Entretanto, uma afirmação cabal que denota bem a característica do pensamento erasmiano no sentido da afirmação da individualidade e do desenvolvimento humano é: “E pensar que tudo depende, de modo preponderante, de nós mesmos!” (p.

12). Aqui o “preponderante” reconhece e afirma que cabe ao homem desenvolver e produzir sua existência através da educação, cabendo centralidade nesse processo ao desenvolvimento da etapa infantil. Ainda reflete que a sabedoria, aliada à instrução, é a base para a conquista da riqueza, da dignidade, do poder e, mesmo, da boa saúde.

Concluindo, o pensamento de Erasmo afirma, sem dúvida, a centralidade da infância como etapa sujeita à educabilidade. O caráter fundamental de seu pensamento parece ser o de viver uma tensão entre o reconhecimento da essência humana – sua base é a visão cristã fornecida pela teorização sobre o pecado original – e a valorização da existência humana, no sentido

de afirmar que o ser humano tudo pode, dependendo preponderantemente dele mesmo. A defesa que fez da necessidade de instrução na primavera da vida ressoou, certamente, por todo o período da Modernidade, pois foi nessa direção que caminhou, politicamente, a institucionalização da escolarização da infância e da juventude.

Referências bibliográficas

- SUCHODOLSKI, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: A essência e a pedagogia da existência*, 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- ERASMO. De Pueris. *Intermeio* Revista da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2 (3):7-60, 1996 (encarte especial).